

## VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES NO DESEMPENHO E APRENDIZAGEM

Evyla da Silva Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

No que se refere a escola, muitas são as questões a serem analisadas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e o desenvolvimento dos alunos em todos os aspectos. Nesse sentido, questão da vulnerabilidade social, é uma temática ainda hoje pouco discutida na formação do pedagogo, mesmo que a problemática seja extremamente recorrente e percebida no cotidiano escolar. Para tanto, a prática docente deve ser voltada para atender as demandas dos alunos, inclusive no que tange a vulnerabilidade social, sendo esse também um grande desafio a equipe gestora, pois possui ainda muito a se entender. Principalmente, que de fato vem ser a vulnerabilidade social e quais são suas implicações na aprendizagem e no desenvolvimento dos seres humanos, haja vista muitas vezes é uma realidade vivida por muitas comunidades discentes. Dado o exposto, o presente artigo é fruto do projeto de trabalho de conclusão de curso, considerando a relevância da temática, trata-se de uma pesquisa em andamento com abordagem qualitativa com pesquisa de campo em uma escola da rede municipal de ensino de São Luís/MA. Buscando o aprofundamento de uma realidade específica, sendo basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com docentes. Ao final da pesquisa espera-se ser capaz de analisar se a vulnerabilidade social tem tido influências na aprendizagem e desempenho escolar.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade social, Prática docente, Aprendizagem e Desempenho escolar.

### INTRODUÇÃO

A escola se caracteriza como um espaço social, no qual a maioria das crianças passa a maior parte do tempo. Em meio a uma sociedade repleta de problemas sociais, ambientais, econômicos, políticos, entre outros, a escola tem sido chamada a debater diversas questões, a exemplo da educação sexual e da educação ambiental.

É um fato que mesmo sendo conhecida a necessidade de temas fazerem parte da rotina da sala de aula, muitas vezes a escola mantém uma postura conteudista, repercutindo em aulas meramente pautadas na sequência do livro didático, tornando o conteúdo pelo conteúdo e nada mais além. No entanto, mesmo que alguns temas, gerem desconforto a alguns profissionais ou até mesmo a sociedade, não as discutir é privar a comunidade discente de refletir sobre a realidade na qual estão inseridos, desconsiderando o papel da escola.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão ,evyllascosta@gmail.com.

Ademais, se o objetivo da educação escolar é a formação humana, então as necessidades humanas é que determinam os objetivos da educação, de maneira que o currículo escolar, a rotina e o planejamento devem estar pautados nessas necessidades (SAVIANI, 2004). E, mesmo não sendo suficiente, a educação básica é condição necessária para o desenvolvimento crítico do aluno, possibilitando o desenvolvimento não apenas cognitivo, mas considerando os diversos aspectos do desenvolvimento humano.

Para tanto, a escola deve trabalhar na perspectiva dos contextos trazidos pelos alunos, que fazem parte da sua realidade, sua formação enquanto pessoa, seus convívios familiares no qual entram as situações de vulnerabilidade social. De acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a expressão “vulnerabilidade social” se refere às pessoas que se encaixam na proteção social básica. Se a situação de vulnerabilidade social das famílias for agravada, estas passam a ser caracterizadas como famílias em situação de risco, destinatárias da proteção social especial<sup>2</sup>. No entanto, cada uma das características citadas está presente no contexto das escolas públicas brasileiras, com predominância nas realidades com os maiores índices de desigualdades socioeconômicas, como no caso da realidade maranhense.

A sociedade tem vivido diversos problemas sociais, conseqüentemente, esses problemas têm feito parte do contexto escolar. Nessa perspectiva, a questão da vulnerabilidade social torna-se ponto de discussão pertinente, haja vista, muitos docentes no dia a dia da sala de aula deparam-se com situações recorrente de tal fenômeno social. Isto demanda muitas equipes gestoras estão com dificuldades em conduzir a dinâmica da escola com algumas demandas, dadas situações vivenciadas por alunos da escola.

Não somente as escolas públicas, mas a maioria passa diariamente por situações como abandono escolar; indisciplina na sala de aula; dificuldade de aprendizagem decorrente da falta de acompanhamento dos pais; falta de interação ou interação excessiva; dificuldade na fala, repetência por faltas no ano letivo, acompanhamento de casos junto ao conselho tutelar. São cada vez mais frequentes na rotina escolar, dado o crescimento da população em situação de vulnerabilidade social. O interesse pela pesquisa em questão surge a partir de experiências em uma das escolas campo do programa de Residência Pedagógica- CAPES no qual fazemos parte. A referida escola possui uma comunidade discente com um índice considerável de indisciplina na sala e aula, abandono escolar, dificuldade na relação família e escola, alunos tutelados,

---

<sup>2</sup> População que vive em situação de vulnerabilidade social proveniente da pobreza, privação (ausência de renda, condição precária ou nenhum acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).- Sistema Único de Assistência Social- SUAS

criminalidade presente no cotidiano por meio do comportamento dos alunos, no entanto, mesmo diante dessa realidade a escola em questão não possui um levantamento de dados de quantos e quais são esses alunos e, quais situações são mais recorrentes. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de se entender os impactos da vulnerabilidade social no contexto da mesma, se já existem ações visando intervenção pedagógica e qual o olhar da equipe gestora e do corpo docente em relação a essas situações e de como lidam e se buscam inclusão desses alunos nas suas práticas docentes.

## **METODOLOGIA**

Para a realização da pesquisa utilizaremos uma abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Minayo (2001), responde a questões muito particulares, se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado; o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Faremos pesquisa bibliográfica, a partir de autores que tratam da temática, e pesquisa de campo em uma escola da rede municipal de ensino de São Luís/MA. Segundo Gil (2008) a pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica, sendo basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade.

## **DESENVOLVIMENTO**

A questão da vulnerabilidade social, é uma temática ainda hoje pouco discutida na formação do pedagogo. Mesmo seja extremamente recorrente e percebida no cotidiano escolar, além de ser um grande desafio a equipe gestora, possui ainda muito a se entender. Principalmente, que de fato vem ser a vulnerabilidade social e quais são suas implicações na aprendizagem e no desenvolvimento dos seres humanos, haja vista muitas vezes é uma realidade vivida por muitas comunidades discentes.

### **4.1 Panorama da formação do pedagogo e da função da escola.**

Muito se discute sobre a formação do pedagogo, sobre as funções da escola e consequentemente, do ensino. Em suma, o profissional que pode atuar em diversas áreas, sendo mediador do conhecimento e proporcionando reflexão do sujeito enquanto ser social e sendo

protagonista da própria história, ou seja, sendo agente do papel transformador da educação. A esse respeito Libâneo (2005, p.38 - 39) destaca:

O curso de pedagogia deve formar o pedagogo stricto sensu, isto é, um profissional capacitado para atuar em vários campos educativos para atender demandas educativas de tipo formal e não-formal, decorrentes de novas realidades – novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças no ritmo de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental – não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino.

Como evidencia o autor supracitado, o docente deve proporcionar o conhecimento de diversas realidades, indo além do seu contexto. Nesse sentido se torna mais que evidente que no que tange a escola a mesma deve considerar não apenas para além dos muros da escola, mas mesmo com todas as questões que vêm dos portões da escola, ou seja, a realidade de cada aluno. Freire (1996, p.70) ressalta a diferença entre possuir poder para “transformar/mudar o mundo”, diante do potencial para sensibilizar o aluno e ação de instrumentalizá-lo para essa transformação, sendo este último, o papel do professor. Ou seja, a prática docente é instrumentalizadora para a transformação de realidades.

Corroborando com o papel do professor, trazemos para as contribuições o que consta na LDB-Lei Diretrizes e Base da Educação Nacional que é dever da escola o compromisso de educar os alunos dentro dos princípios democráticos. Indo além, os Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pela secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC), em 1998, tem como dois dos objetivos: 1) compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; 2) posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;

Em suma, a escola que visa o desenvolvimento integral do aluno e que desenvolva habilidades para além do cognitivo, deve ter princípios norteadores autônomos de modo a romper com o sistema que é posto, em que o ensino é voltado apenas para a capacidade de entrar no mercado de trabalho, mas sim deve formar mão de obra qualificada e cidadãos que refletem a própria realidade e vislumbram possibilidade de mudança independente das dificuldades enfrentadas nos mais diversos âmbitos em que se constitui o ser humano. Conforme Paulo Freire (1996) a escola tem um papel bem mais amplo do que

simplesmente passar conteúdos: ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

Libâneo (1995, p. 96) afirma que o “[...] objetivo da escola, assim, será garantir a todos os saberes e as capacidades necessárias a um domínio de todos os campos da atividade humana, condição para redução das desigualdades de origem social”. A escola deve ter como lema e como meta a promoção de cidadania e meio de superação das problemáticas sociais que acabam fazendo parte do cotidiano, em decorrência das mazelas sociais um dos maiores enfrentamentos da escola tem sido o índice de evasão escolar.

A escola de qualidade tem obrigação de evitar de todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão. Tem que garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos. Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que crianças em idade escolar entrem na escola. É preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem. Em síntese, qualidade “implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar (DEMO, 1994, p. 19).

#### **4.2 Implicações da vulnerabilidade social no contexto escolar**

Um dos impactos mais recorrentes, é crescimento do índice de evasão e abandono escolar gera preocupação para docentes de equipes gestoras. Quando não há a evasão por completo, muitos alunos passam um tempo significativo sem frequentar a escola, nesse período o processo de aprendizagem é completamente afetado, haja vista os conteúdos do ano letivo terem uma sequência lógica, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. No processo de alfabetização na qual por diversos motivos, quer seja econômico, de saúde ou familiar, muitas vezes o aluno acaba perdendo conteúdos e comprometendo a aprendizagem. Infelizmente é a realidade de muitos alunos das escolas públicas que deixam de frequentar a escola por não ter meios econômicos de se locomover até a escola e não ter um adulto que o acompanhe no trajeto. Muito se discute a obrigatoriedade de educação gratuita, vagas para todos, mas se torna necessário mais que oferta, mas garantia de permanência para que haja educação de qualidade.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005) mostra que: A proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (BRASIL, p. 16).

A NOB esclarece que o atendimento as famílias que se caracterizam em situações de vulnerabilidade social classificado na proteção social básica, ou seja, que são medidas preventivas, nesse sentido entra a participação da escola não apenas em compreender os

contextos da vulnerabilidade na escola, mas de ser capaz de desenvolver medidas preventas, de reconhecer e intervir. Como observa Vasconcelos (2015, p. 9):

A realidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social, os espaços educativos, que os atendem, [...], requer desenvolvimento de uma educação que caminhe no sentido da atividade, de modo a posicioná-los como cidadãos incluídos, mediante uma Pedagogia comprometida com a mudança social e com foco nos direitos humanos. [...] pensar a educação para a emancipação/ inclusão social, o que acreditamos ser indispensável aos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, passa por uma reflexão, que coaduna com a necessidade de se construir no interior dos espaços educativos, principalmente, o escolar, processos, valores, relações, comportamentos, acesso a conhecimentos históricos e culturais que apontem para a superação da injustiça, do medo paralisante e da violência imposta pelos sistemas de exclusão. Que nestes se promova um ensino que tenha sentido social, que resulte em ações conscientes e permitam por esta dinâmica a transformação dos sujeitos (p. 94).

O direito a educação de qualidade está atrelado a outros direitos haja vista ser necessário outros meios para o acesso, além das condições para a aprendizagem e as habilidades inerentes ao desenvolvimento dos seres humanos, a exemplo da questão emocional e a fragilização dos vínculos afetivos dos meios sociais no qual esse aluno convive, das condições da alimentação que ele tem acesso em casa, a moradia; todos são aspectos que irão repercutir no desempenho escolar.

o Estado teria como responsabilidade “eliminar” ou “reduzir as desigualdades”. O autor encerra seu trabalho escrevendo sobre vulnerabilidade de forma similar ao modo que o termo é incorporado na área da saúde: Como confirmado pela tese, os vulneráveis à renda são estreitamente conexos aos vulneráveis à educação de base. A análise desse movimento possibilitou demonstrar, dentre outros, que os grupos sociais destituídos das capacidades e das necessidades materiais básicas, apresentam uma imunidade muito baixa para o enfrentamento das adversidades da vida. Uma vez expostos, tornam-se vítimas fáceis da criminalidade, do envolvimento no mundo do tráfico e do consumo de drogas, além de toda espécie de agressões, esgarçando cada vez mais o degradado tecido constitutivo da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2015, p. 237).

Ainda que seja necessária a intervenção do Estado para combater problemáticas sociais e a implementação de políticas públicas voltadas para a infância e juventude que cheguem até o melhoramento escolar do desenvolvimento dos alunos em vários aspectos, a escola pode e deve realizar trabalhos com o intuito de contribuir no enfrentamento das problemáticas supracitadas, quer seja por meio de projetos didáticos, gincanas, palestras. Contudo o objetivo é provocar nos alunos aprendizagem e medidas preventivas tanto da evasão quanto do uso de drogas, gravidez na adolescência, envolvimento com a criminalidade entre outros. Para Abramovay (2002, p. 29):

Ao contrário da situação de bem-estar, apresenta-se a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores.

A vulnerabilidade social tem implicações sobre a vida dos indivíduos em todas as fases do desenvolvimento. No período da infância, as vulnerabilidades estão associadas à falta de cuidados, de amparo à saúde ou ao abandono. Lamentavelmente, esses problemas não param na infância, mas também são comuns na adolescência. Assim confirma Sapienza e Pedromônico (2005, p.210):

Por exemplo, a adolescência é um período vulnerável para muitos, pois é uma fase do desenvolvimento em que ocorrem mudanças físicas e psicológicas; é quando o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais e dar mais valor aos pares; é também quando o indivíduo quer explorar uma variedade de situações com as quais ele ainda não sabe bem como lidar. Assim, um adolescente pode não saber ou não conseguir dizer não a um colega que ele admira e que está lhe oferecendo drogas.

No tocante ao abandono, o mesmo se apresenta de várias formas. Existe o abandono camuflado, que acontece na realidade, mas não nominalmente. É um abandono doloroso porque, mesmo não sendo, as crianças parecem ter família, mas não possuem vínculos, relação de afetiva de cuidado, proteção e responsabilidade, pois mãe e ou o pai não assumem efetivamente o seu papel, problemáticas se estendem a fase da adolescência culminando em mais mazelas sociais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados previstos por essa pesquisa é ser capaz de fazer uma relação entre questões problemáticas ligadas a pedagogia social, as práticas docentes relacionadas ao contexto social a buscar a intervenção pedagógica preventiva, a pedagogia vem avançando em desenvolver meios para o enfrentamento das problemáticas vividas pela comunidade em situação de vulnerabilidade social. Muitas crianças e adolescentes em idade escolar estão fora da escola, ou as que estão frequentando ficam “presas” a escola apenas para garantir benefícios do governo que buscam incentivar essa permanência e um meio de sobrevivência familiar, como exemplo do programa Bolsa Família. Segundo Silva et al (2009, p.54)

Atualmente, a Pedagogia Social parece orientar-se sempre mais para a realização prática da educabilidade humana voltada para pessoas que se encontram em condições sociais desfavoráveis. O trabalho do educador social

emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas de pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença.

Castel (2000, p. 32.) a respeito do conceito de exclusão social afirma as medidas tomadas para lutar contra a exclusão tomam o lugar das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, que teriam por objetivo controlar, sobretudo, os fatores de dissociação social. Nesse perspectiva, para que de fato haja educação pública de qualidade, as medidas cabíveis a escola, no que se refere a vulnerabilidade social devem ser tomadas e assim, não manter em vigor o discurso de que escola de qualidade é somente escola privada, pois muitas vezes, esse discurso acaba por se tornar em meio de segregação causado pela própria escola, além da falta de parceria entre a família e a escola, a comunidade escolar na sua maioria assumiu um papel estático de esperar que a família na qual a comunidade discente faz parte tenha um diálogo, e assim não rompe com as barreiras dos muros da escola, e mesma não é vista como parte da comunidade e perdendo o apoio da mesma para que de fato essa parceria fulcral seja estabelecida.

Logo, a escola por ser um local pertencente a comunidade, na qual se encontra uma grande parcela de crianças que compõe a comunidade discente e que convivem durante a maior parte do tempo diariamente, é também além da família uma instituição que exerce forte influência nos diversos aspectos do desenvolvimento das crianças e adolescentes. Portanto, as duas instituições (família e escola) permitem a formação humana e a educação. Para Sopelsa (2000, p.34) cita que “desde o nascimento até a morte, o homem sofre influências das pessoas, da sociedade, do mundo, e reage a estas influências de acordo com as raízes que lhe foram impressas, ao longo de sua existência, pelas suas vivências e sentimentos”.

As crianças que se desenvolvem em ambientes desfavoráveis, que presenciam ou sofrem práticas violentas em família, com pouco estímulo por parte dos pais, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas que o meio ao qual estão inseridas lhes submete (Vygotsky, 1989). Logo, a maioria das crianças apresentam na escola comportamento semelhantes ao que vivenciam em casa, quando são oriundas de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, dado o levantamento teórico feito ate essa etapa de desenvolvimento da pesquisa denota vários indícios de que esse é um dos grandes desafios docentes da atualidade, está a violência na escola e indisciplina na sala de aula. Muitos desses alunos que se encontram



em situações de vulnerabilidade, segundo explica Vygotski, estão infelizmente representando a realidade trazida do contexto familiar; muitas vezes o professor não possui o conhecimento de tal realidade e acaba por taxar o aluno de diversos apelidos, deixando o aluno no fundo da sala. Tecendo críticas em frente a classe, essas e outras práticas de certo modo acabam tolhendo o aluno e criando repulsa no aluno a escola sendo esse já fragilizado pelas situações de vulnerabilidade vivenciadas distante da sala de aula.

Segundo uma pesquisa realizada por Ferreira e Marturano (2002, p. 40), as crianças com problemas de comportamento sofrem mais agressão física por parte dos pais; seu relacionamento com os pais é descrito mais frequentemente como distante ou envolvendo conflitos, e elas recebem mais suspensão na escola.

Isto torna evidente o quanto a vulnerabilidade na qual as crianças e adolescentes estão expostas no ambiente familiar, social e comunitário fazem parte do contexto escolar, uma vez que o aluno não pode dissociar, pois faz parte da vivência do ser humano, na qual o mesmo está em processo de construção. É condição *sine qua non* que o docente tenha esse esclarecimento e interesse pelo aluno, pela realidade na qual ele está inserido. Muitas são as dificuldades para serem enfrentadas, no entanto, o primeiro passo é o de buscar meios de levar tais alunos a refletir e assim ter possibilidade de mudança da realidade em que vive.

Segundo Campos (1979, p.33):

A aprendizagem envolve o uso e o desenvolvimento de todos os poderes, capacidades, potencialidades do homem, tanto físicas, quanto mentais e afetivas, isto significa que aprendizagem não pode ser considerada somente como um processo de memorização ou que emprega apenas o conjunto das funções mentais ou unicamente os elementos físicos ou emocionais, pois todos estes são aspectos necessários.

A soma de todos os aspectos citados pelo autor culmina na aprendizagem significativa e não apenas conteudista, uma vez que esse não é o único papel da escola. Na perspectiva de que o corpo docente precisa saber lidar com as questões de vulnerabilidade social no contexto escolar vale ressaltar que em muitos casos o que lamentavelmente acontece em muitos casos é o conceito do professor de que os alunos não são interessados em aprender e, pior ainda, que não são capazes de aprender. No entanto, segundo Silva (2001, p.69), “a capacidade intelectual dos alunos tal como avaliada pelos professores acaba sendo determinada pela tipificação que os professores fazem deles. Essa tipificação é determinada, em grande parte, pela classe social dos alunos”.

Corroborando, Grigorenko e Sternemberg (2003, p. 29) percebe que estão interligadas ao passo que uma criança para aprender deve estar bem física, psíquica e socialmente para se desenvolver em plenitude.

Para Coll (1994, p.103) os processos escolares de ensino/aprendizagem são, em essência, processos interativos com três vértices: o aluno que está levando a cabo uma aprendizagem; o objeto ou objetos de conhecimento que constituem o conteúdo da aprendizagem; e o professor que age, isto é, que ensina, com a finalidade de favorecer a aprendizagem dos alunos. Nesta perspectiva, a aprendizagem deve levar em consideração a realidade do aluno e o professor que tem que ter um olhar sensível para suscitar no aluno estímulos para a aprendizagem e reflexão sobre a realidade e possibilidade de mudança da mesma.

Contudo esperamos com os resultados parciais, buscar na prática escolar reflexos dessa realidade sobretudo, quase são as maiores dificuldades desses docentes, analisando com o objetivo de após a reflexão sobre traçar a importância de considerar a realidade do alunos, seus contextos, suas dificuldades que fazem parte do seu processo de desenvolvimento e levados para a sala de aula.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/14829397/80861882/name/Juventude+e+violencia+-+miriam+Abramoway.pdf> Acesso em 20 de Abril.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma operacional básica**. Sistema único de assistência social – SUAS. BRASÍLIA: Julho de 2005

BRASIL. MEC – Coordenação de educação Infantil – DPEIEF/SEB – Revista **CRIANÇA – do professor de educação infantil**. Brasília, DF, nº 42, dez/2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1979

COLL, César. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão**. In: WANDERLEY, M B; BÓGUS, L;

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. Campinas, Papirus, 1994.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Escola Viva, Escola Projetada**, 2ª Edição, Campinas, SP: Papirus, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIGORENKO, Elena L. STERNBERG, Robert J. **Crianças Rotuladas- O que é Necessário Saber sobre as Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública - a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. - 13. ed. São Paulo, Ed. Loyola, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, José Izeccias. **Vulnerabilidades e superação da desigualdade educacional no Brasil: Goiás em análise**. 2015. vi. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SAPIENZA, Graziela, PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. **Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, mai./ago., 2005, p. 209-216. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a07.pdf> Acesso em 16 de abril de 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 15ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVA, Roberto da Silva, SOUZA NETO, Clemente de, MOURA, Rogério Adolfo de (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SOPELSA, Ortelina. **Dificuldades de Aprendizagem: respostas em um atelier pedagógico**. 2 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

VASCONCELOS, Maria Goreth da Silva. **Políticas Públicas e atendimento educacional: o papel da Casa Mãe Margarida junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e vulnerabilidade social.** 2015. vi. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Amazonas, 2015.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.